

HABEAS CORPUS Nº 471.925 - SP (2018/0256936-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ

R.P/ACÓRDÃ : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

O

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO CÉSAR JERONYMO - SP235675**

**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO**

PACIENTE : LUIZ PAULO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. BUSCA E APREENSÃO COLETIVA. NULIDADE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INGRESSO NA RESIDÊNCIA DO RÉU. DOMICÍLIO COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À INTIMIDADE. ASILO INViolÁVEL. EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. INVASÃO PELA POLÍCIA. NECESSIDADE DE JUSTA CAUSA. NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS. TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. *WRIT* CONHECIDO EM PARTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. Quanto à suposta nulidade do mandado de busca e apreensão coletivo, a defesa não instruiu o *writ* com cópia da decisão que autorizou a realização de tal diligência, motivo pelo qual não é possível verificar o teor do ato decisório e a ocorrência de eventual ilegalidade.

2. A análise feita no acórdão combatido também não abordou o tema sob esse enfoque, porquanto se limitou a afirmar, na esteira do que havia feito o Juízo sentenciante, a prescindibilidade de autorização judicial para o ingresso na residência do acusado, por estarem presentes fundadas razões para tanto.

3. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo – a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno – quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro

Gilmar Mendes) DJe 8/10/2010).

4. Em nenhum momento foi explicitado, com dados objetivos do caso, em que consistiria eventual atitude suspeita por parte do réu, externalizada em atos concretos. Não há referência a prévia investigação, monitoramento ou campanhas no local. Também não se tratava de averiguação de denúncia robusta e atual acerca da existência de entorpecentes no interior da residência (aliás, não há nem sequer menção a informações anônimas sobre a possível prática do crime de tráfico de drogas pelo autuado).

5. Não há como inferir, de fatores outros que não os objetos coletados durante o ingresso da autoridade policial na residência, que o paciente estivesse cometendo delito de tráfico de drogas, ou mesmo outro ato de caráter permanente, no interior da casa, entendendo não haver razão séria para a mitigação da inviolabilidade do domicílio, ainda que tenha havido posteriores descoberta e apreensão, na mochila do réu, de substâncias entorpecentes, sob pena de esvaziar-se essa franquia constitucional da mais alta importância.

6. Verifica-se, pelos elementos coligidos aos autos, ter havido apenas a intuição acerca de eventual crime perpetrado pelo ora paciente, o que, embora pudesse autorizar abordagem policial, em via pública, para averiguação, não configurou, por si só, "fundadas razões" a permitir o acesso ao seu domicílio, sem seu consentimento e sem determinação judicial.

7. Em que pese eventual boa-fé dos policiais, não havia elementos objetivos e racionais que justificassem a invasão de domicílio. Eis a razão pela qual, dado que a casa é asilo inviolável do indivíduo, desautorizado estava o ingresso na residência do paciente, de maneira que as provas coletadas por meio da medida invasiva são ilícitas.

8. *Writ* conhecido em parte. Ordem concedida para declarar a nulidade das provas obtidas a partir do ingresso dos policiais no domicílio do réu, bem como dos elementos derivados de tal diligência.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz

Superior Tribunal de Justiça

conhecendo parcialmente do pedido e, nesta parte, concedendo a ordem, sendo acompanhado pelos Srs. Ministros Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro, por maioria, conhecer parcialmente do pedido e, nesta parte, conceder a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz. Vencida a Sra. Ministra Laurita Vaz. Não participou do julgamento o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

Brasília, 12 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**